

1        **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DO**  
2        **PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

3  
4        Aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, às 14:35 horas no Auditório  
5        Pantanal da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, ocorreu a primeira reunião da Câmara  
6        Técnica de Barragem, com a pauta de apresentação da fase de diagnóstico pelo Sr. Sergio  
7        Simião, consultor regional do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Estavam presentes o  
8        conselheiro Antônio Brandt Vecchiato - UFMT, a conselheira Alessandra Panizi – CREATIO, a  
9        conselheira Edenir Maria Serigatto – UNEMAT, o conselheiro Serafim Carvalho Melo –  
10       SICME, o conselheiro Renato Blat Migliorini - ABAS e o conselheiro Rogério Monteiro Costa e  
11       Silva – SEDER, o Sr. Luiz Airton Gomes, representando a UFMT, o Sr. Leandro maraschin,  
12       Coordenador de Gerenciamento Hídrico da SEMA e a Sra. Angélica L. P. e Loure,  
13       representante da Cretur Pólo Araguaia. O consultor Sérgio Simião iniciou sua apresentação  
14       colocando que o plano está na fase final de diagnóstico, onde ele está incumbido de fazer a  
15       junção dos relatórios de diagnósticos apresentados pelos diversos consultores que  
16       participaram da fase de diagnóstico, cada um em sua área de atuação. Ponderou também  
17       devido a muitos consultores serem de outros estados, o MMA apresentou a proposta de serem  
18       feitas reuniões setoriais, coordenadas pelas secretarias afins para que o plano fique mais  
19       próximo da realidade. Continuando, ele colocou que o Plano faz parte de uma estratégia maior  
20       do MMA, que é a consolidação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Em  
21       seguida apresentou aos conselheiros as fases a serem desenvolvidas no plano, ponderando  
22       que todas as fases deverão passar pelo CEHIDRO e que todo o trabalho foi feito seguindo-se  
23       a divisão em UPG's, determinada pela Resolução nº 05 do CEHIDRO de 18 de agosto de  
24       2006 e pelo definido pela PNRH. Ponderou que no trabalho foi feito o cálculo do balanço  
25       hídrico, subtraindo-se a demanda da disponibilidade existente, colocando que esta demanda  
26       ainda está em discussão, pois nos Encontros Públicos surgiram questões como mineração e  
27       lava jato, que utilizam água mas que os dados são poucos e não confiáveis. O saldo  
28       disponível foi calculado usando como base para a disponibilidade apenas 10% do volume  
29       médio anual de águas superficiais, colocando que as informações foram mapeadas e em  
30       seguida apresentando e comparando os mapas da demanda com o mapa da disponibilidade  
31       das águas superficiais. A conselheira Alessandra Panizi questionou se quando o consultor cita  
32       oferta se ele está levando em consideração tanto a quantidade quanto a qualidade, sendo  
33       respondido pelo consultor que neste momento está citando apenas a quantidade mas que a  
34       qualidade será analisada mais adiante adiantando entretanto que como o volume é muito  
35       grande, as áreas críticas são muito pontuais devido a diluição. Em seguida o conselheiro

36 Rogério Monteiro questionou se os dados apresentados se referem ao período de seca sendo  
37 respondido pelo consultor que foram usadas as médias entre os períodos de chuva e de seca.  
38 Continuando o consultor apresentou o mapa do Balanço hídrico e em seguida a tabela com o  
39 balanço hídrico da bacia amazônica separado por UPG, ressaltando que o balanço hídrico foi  
40 feito em cima de apenas 10% do disponível, representando quanto o uso total representa  
41 destes 10%. Ponderou também que nos estudos se deu muita atenção a água superficial mas  
42 no decorrer destes se percebeu a importância da água subterrânea, uma vez que a indústria a  
43 usa preferencialmente, por ser mais segura quanto a contaminações e por muitas vezes a  
44 indústria se localizar distante do corpo d'água, sendo colocado pela conselheira Alessandra  
45 Panizi que uma das questões levantadas na discussão do Novo Código Ambiental é que a  
46 água superficial deve ser prioritariamente usada, pois a subterrânea é uma reserva estratégica.  
47 Continuando a sua apresentação o conselheiro apresentou a tabela do Balanço hídrico para a  
48 Bacia Hidrográfica do Paraguai separado por UPG, destacando que em algumas UPGs já  
49 apresentam uma demanda próxima de 10% dos 10% disponíveis, por serem regiões com uma  
50 disponibilidade menor e uma maior demanda. Continuou apresentado a tabela do Balanço  
51 hídrico para a Bacia Hidrográfica do Tocantins-Araguaia separado por UPG. O Sr. Luiz Airton  
52 Questionou se a UPG do Alto Médio Paraguai teria uma demanda maior que a demanda da  
53 UPG de Cuiabá, sendo respondido pelo consultor que seria por conta dos frigoríficos na  
54 região, sendo calculado um gasto de 2.500 litros por carcaça abatida, entretanto colocou que o  
55 sr. Pedro Barreto, da SUIMIS afirmou que hoje se usam de 1.200 a 1.300 litros por carcaça. O  
56 consultor prosseguiu com sua apresentação mostrando o mapa da distribuição da água  
57 subterrânea no estado, ponderando que o estudo feito terá que ser melhorado devido a falta  
58 de informações precisas de hidrogeologia dos poços mas que foi contratado um novo  
59 hidrogeólogo que irá estudar esta questão. O conselheiro Rogério Monteiro questionou ao  
60 consultor se estes dados apresentados serão disponibilizados obtendo uma resposta  
61 afirmativa do consultor. O Sr. Luiz Airton Ponderou que a unidade metros cúbicos por segundo  
62 é um pouco alta, sendo colocado pelo consultor que é a vazão média dos 4000 poços  
63 licenciados no estado, sendo questionado pelo conselheiro Rogério Monteiro se ele possuía  
64 os dados dos poços ao que o consultor respondeu que em todos os poços se tem dados como  
65 profundidade, vazão, entre outros. O conselheiro Antônio Vecchiato colocou que realmente a  
66 unidade está estranha, sendo complementado pelo Sr. Luiz Airton que o mínimo garantido em  
67 Cuiabá é 90 metros cúbicos por hora. O consultor colocou então que existem vários problemas  
68 com os dados, no estado não existem muitos poços que servem de parâmetro e também tem  
69 a questão da qualidade, já que não se licencia poços que estejam contaminados e assim estes

70 dados não estão disponíveis. O Sr. Leandro Maraschin colocou que o principal problema é que  
71 não se fez uma sistematização dos dados por falta de tempo mas que isso será feito com o  
72 SIAGAS, sendo complementado pelo conselheiro Renato Blat que as informações existentes  
73 não são confiáveis. O consultor apresentou em seguida a tabela da produção de água  
74 subterrânea por UPG, colocando que a unidade litro por segundo por quilômetro quadrado foi  
75 muito questionada, sendo em seguida os conselheiros questionados pelo sr. Leandro  
76 Maraschin se esta unidade é usual, ao que foi respondido pelo conselheiro Renato que o  
77 usual é por hora mas que isto não quer dizer que esteja errado. O consultor colocou que por  
78 hora dá um valor muito grande, se dispendo a calcular para verificar a viabilidade,  
79 complementando que este é um dos problemas a ser resolvido. O conselheiro Renato Blat  
80 ponderou que como um estudo é válido, pode não ser muito exato mas com o tempo pode ser  
81 melhorado, sendo complementado pelo consultor que com o tempo a SEMA terá mais dados e  
82 vai se adequando. O consultor apresentou em seguida os critérios que foram utilizados pela  
83 equipe para a estimativa do consumo de água, ponderando que utilizou os dados do último  
84 censo do IBGE, do ano 2000 e destacou que os dados de irrigação tem problemas por terem  
85 dados muito diferente, e foi definido a utilização do maior valor. A conselheira Alessandra  
86 Panizi questionou se seria muita ou pouca água, sendo respondido pelo consultor que é muito  
87 mas não altera tanto a demanda porque a área é pequena, além de ser muito discutível  
88 porque existem equipamentos mal regulados e muito desperdício. A sra. Angélica Loure  
89 questionou se os dados foram obtidos “in loco” ou traves de análise de documentação, ao que  
90 o consultor respondeu que foram obtidos de documentos, são dados secundário oficiais, e as  
91 vezes os dados utilizados são de outros lugares, o que tem diferença. O conselheiro Antônio  
92 Vecchiato colocou que a água na agricultura é muito mal usada e infelizmente não é utilizada  
93 a água da chuva, o que é preocupante, sendo complementado pelo consultor que é  
94 preocupante principalmente porque a única diferença é a conta de luz. O conselheiro Antônio  
95 Vecchiato colocou ainda que este uso indiscriminado pode causar diversos danos, inclusive  
96 grandes desastres ambientais. O conselheiro Serafim Carvalho questionou se o contrato dos  
97 consultores prevê a verificação dos dados “in loco”, sendo respondido pelo consultor que não  
98 foi previsto em virtude do prazo, mas eles vieram para Mato Grosso, entrevistaram pessoas e  
99 usaram os dados da SEMA, além de ter um consultor responsável por fazer um banco de  
100 dados para poder sistematizar os dados já existentes e atualizar. A Sra. Angélica Loure  
101 ponderou que a realidade de consultores de outros estados é diferente, não é possível que  
102 ninguém no estado tivesse esta competência e colocou que como a maioria dos dados são  
103 secundários estes deverão ser filtrados, sendo complementada pelo consultor que os dados

104 realmente de vem ser checados. O consultor continuou sua explicação colocando que quanto  
105 a mineração não possuem nenhum dado, vai ser necessário buscar uma referência, mas  
106 ponderando que a quantidade usada pode ser tão pequena que não seja significativa, sendo  
107 complementado pelo Sr. Leandro Maraschin que pode fazer diferença na qualidade. Em  
108 seguida chamou a atenção dos presentes para a quantidade de água adotada no abate de  
109 ave, que é de 0,5 metros cúbicos por ave, sendo complementado pelo conselheiro Rogério  
110 Monteiro que o valor deve realmente estar errado e pelo conselheiro Antônio vecchiato que  
111 colocou que este valor deve ser verificado. O consultor colocou que realmente apesar de estar  
112 publicado deve ser criticado, sendo complementado pelo conselheiro Rogério monteiro que o  
113 INDEA deve ter o valor real, ao que o consultor colocou que iria utilizar o dado da SEMA,  
114 mostrando em seguida a tabela utilizada como base para os cálculos. A conselheira  
115 Alessandra Panizi ponderou que os dados da tabela são de 1994 e que deve ser considerado  
116 que o consumo reduz, como é o caso das cervejarias que utilizavam 10 l para produzir 1 l de  
117 cerveja e hoje já utiliza 6 a 7 litros. Em seguida, o consultor apresentou a questão do setor de  
118 serviços, que não possuem dados, sendo colocado pela conselheira Alessandra Panizi que os  
119 shoppings devem ser considerados pela quantidade de gente que os frequenta. O consultor  
120 colocou que escola também tem um consumo grande, sendo complementado pelo conselheiro  
121 Antônio Vecchiato que hotel também com some muita água e pelo conselheiro Rogério  
122 Monteiro que colocou que posto de gasolina também deve entrar. O consultor ponderou que  
123 antes tem que ser verificado se os valores são significativos, mas que devem ser no mínimo  
124 considerados e a questão é como que isto deve ser feito. O consultor continuou apresentando  
125 a questão da qualidade que possui muitos dados mas os principais são a DBO, que é muito  
126 utilizada e o nitrogênio e fósforo por serem impactantes e terem ampla utilização. Colocou  
127 ainda a forma de calculo das cargas difusas da população e da agricultura, sendo que chamou  
128 a atenção neste ultimo para o dado do nitrogênio, que deve estar superestimado e o dado do  
129 fósforo, que deve estar subestimado, devem os dois serem revistos. O consultor apresentou a  
130 referência utilizada para estes cálculos, sendo questionado pela conselheira Alessandra se o  
131 uso não tinha sido alterado desde a publicação da referência, que é de 1991, sendo  
132 respondido pelo consultor que não houve alteração. O conselheiro Antônio Vecchiato se  
133 propôs a verificar o dado na publicação e o consultor colocou que iria ao INDEA verificar a  
134 quantidade de nitrogênio que entrou no estado, pois o consumo não pode ser maior que a  
135 entrada. O conselheiro Rogério monteiro colocou que parte deste nitrogênio pode estar  
136 estocado, sendo colocado pelo consultor que se estoca pouco porque se perde muito rápido e  
137 porque empedra. Ponderou ainda que deve ser verificado porque em um plano estadual isto

138 não pode passar despercebido. Em seguida apresentou a forma de calculo das cargas difusas  
139 por tipo de rebanho, destacando que no caso do fósforo apenas 10% chegam aos recursos  
140 hídricos e que a água no estado é de boa qualidade no geral. A seguir apresentou a avaliação  
141 de criticidade por UPG, colocando que isto foi feito de forma a se ter um rol de UPG's para se  
142 dar preferência às mais críticas, e apresentou o mapa de avaliação de criticidade destacando  
143 que as áreas mais críticas estão na região do pantanal. Continuando a apresentação o  
144 consultor mostrou os mapas gerados a partir das atividades sócio-econômicas e por ultimo o  
145 mapa da rede de monitoramento no estado, sendo questionado pelo conselheiro Antônio  
146 Vecchiato se a intenção seria implementar uma rede de monitoramento, ao que o Sr. Leandro  
147 Maraschin respondeu que o problema é a estrutura do órgão pois não adianta implementar e  
148 não conseguir manter, sendo complementado pelo conselheiro Antônio Vecchiato que esta  
149 rede é fundamental. Após apresentar os mapas o consultor colocou que está na fase de  
150 junção de todos os relatórios de diagnósticos em um relatório só e que a partir destes dados  
151 serão desenhados os cenários para definir as UPG's que possam vir a ter problemas para se  
152 diferenciar daquelas onde a possibilidade de problemas é mínima. Colocou ainda que o  
153 objetivo da reunião era apresentar em que fase está o plano, colocando que até o fim de  
154 agosto o relatório síntese deve estar concluído, e destacar o que será discutido nas reuniões  
155 setoriais. A conselheira Alessandra Panizi questionou se neste documento serão mostradas as  
156 expectativas de crescimento, sendo respondido pelo consultor que isto será definido nos  
157 cenários, usando como base este prognóstico e levando em consideração o MT+20 e também  
158 o plano de desenvolvimento do cento-oeste. Os conselheiros solicitaram que fossem gravados  
159 a apresentação e os relatórios em um cd e enviado para eles e definiram que o presidente da  
160 Câmara técnica será definido na próxima reunião. Nada mais havendo a declarar, a reunião foi  
161 encerrada as 16:50 horas e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA.

162

163